

Carta tem de ser obedecida, diz Ulysses

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse, ontem, que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, está exorbitando das suas funções, falando demais, ao dirigir publicamente críticas contra a nova Constituição e anunciar medidas para protelar a aplicação de seus dispositivos. O comentário foi feito momentos após o término da entrevista coletiva que deu na manhã de ontem, como parte do ritual de promulgação da Constituição. "Ele tem que se dirigir à no Presidente da República. Como consultor, ele não tem que estar se reportando publicamente", analisou Ulysses.

A nova Constituição, disse Ulysses, "pode ser criticada, pode-se discordar dela. Mas, obedecê-la é indispensável, é fundamental. Não obedecê-la é uma forma de rasgá-la e, rasgando a Constituição, acabam-se as liberdades, inibe-se a liberdade de imprensa, fecha-se o Parlamento e os patriotas são mandados para a cadeia. Tivemos exemplo disso recentemente em nosso próprio País".

Para ele, é "prudente e conveniente" que se aguarde a promulgação para que se tomem "as atitudes convenientes". No caso específico de Saulo Ramos, lembrou que, como jurista, ele pode manifestar-se livremente, mas que, como consultor-geral da República, "que atua, evidentemente em nome da orientação do presidente José Sarney, deve a ele documentos, estudos e pesquisas que tenha a fazer". Durante os momentos em que referiu a Saulo Ramos na entrevista, Ulysses sempre trocou seu cargo de consultor para "procurador".

Cuidadoso, o Presidente da Constituinte evitou entrar em rota de colisão com o Palácio do Planalto e até alegou desconhecimento de causa para não comentar atos do governo, como o festival da concessões de emissoras de rádio e televisão e contratações sem nomeações efetivadas nos últimos dias. Advertiu, porém, que, "com o funcionamento normal da Câmara, do Senado, e do Congresso, todos esses assuntos podem ser reexaminados", disse. Também ter recebido garantias do próprio presidente Sarney de que "o texto Constitucional, uma vez promulgado, é lei que se cumpre".

Para Ulysses, o cumprimento da nova Constituição é um dever de todos. "Principalmente as autoridades têm que se esmerar neste sentido. Quanto maior a responsabilidade da autoridade, mais deverem tem com o texto político fundamental da Nação". Disse, ainda, que, no caso da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional — órgão que desaparece na Constituição e que foi transformada em Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional, para salvar-se da extinção natural, "se o Presidente entendeu tomar a medida, é por que julgou habilitado a fazê-lo em termos legais". Advertiu, porém, que todas as decisões que estão sendo tomadas agora podem ser revistas pelo Legislativo, após a promulgação da nova Carta.

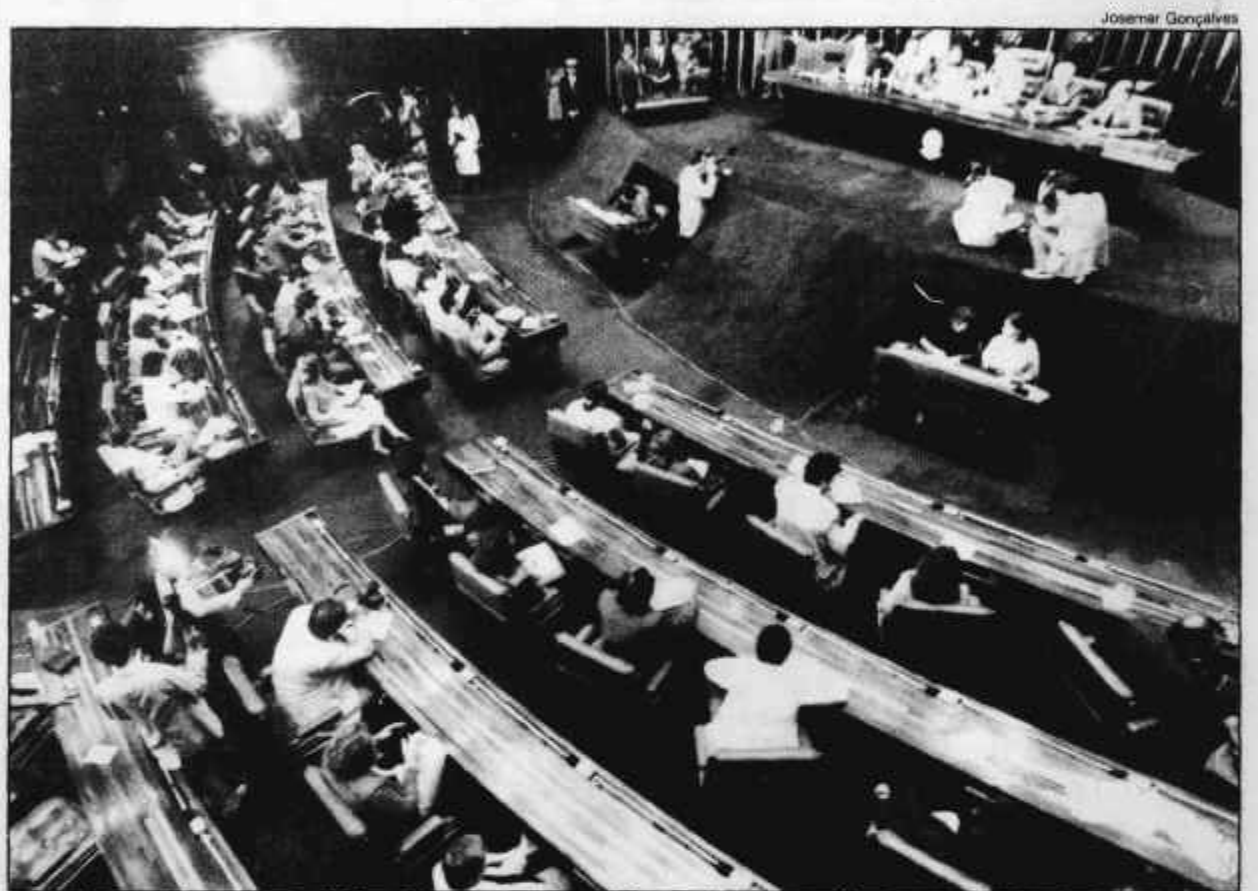
Injunção

A maior parte das perguntas dirigidas a Ulysses Guimarães sobre a nova Constituição abriram brecha para que ele ressaltasse um ponto do texto: o mandado de in-

junção. "É uma arma extraordinária na mão dos cidadãos", explicou. Deixou claro que, embora não possa considerar que a Constituinte é uma obra exclusiva do PMDB, o resultado final do trabalho será uma das armas do partido na campanha municipal deste ano. Disse estar preocupado com o andamento do processo de elaboração da legislação ordinária exigida pela Carta e que, possivelmente, estará nos próximos dias negociando com os líderes partidários um esforço concentrado para apressar, ao menos, as leis mais urgentes, de acordo com a avaliação dos partidos.

Muitas das perguntas dirigidas a Ulysses foram sobre sua candidatura à sucessão do presidente José Sarney, um assunto que tratou sempre com bom humor, embora procurando dar respostas evasivas. "Tenho uma situação singularmente difícil. Fazendo, ou não, sempre acho que sou candidato à Presidência da República. Se fico quieto, é por manha, tática ou estratégia. Se me movimento, por exemplo, por todo o País, dizem, também, que é por razão de ser candidato à Presidência da República".

Alegou, então, que no momento seu empenho é pela promulgação da Constituição e pela defesa dos candidatos do PMDB nas eleições municipais, e repetiu que as movimentações sobre a sua candidatura agora, são espontâneas. "Isso eu encontro a toda hora e já não é novidade. Na rua, aonde eu vou, dou autógrafos à pessoas de todas as categorias. O que eu digo é que quero que eu seja candidato, esperem que seja candidato, têm o desejo que eu o seja".



Cauteloso durante a coletiva, Ulysses alegou "desconhecimento" para não falar do Executivo

Planalto evitou as críticas

Numa ação rápida e eficaz, o presidente José Sarney conseguiu demover o deputado Ulysses Guimarães de seu propósito de condenar o Governo por contrariar decisões tomadas pela Constituinte. Até sexta-feira passada, Ulysses estava decidido — e o coordenador de sua campanha à Presidência da República, ex-ministro Renato Archer confirmou isto em entrevista — a mandar um duro recado ao Planalto no pronunciamento de domingo à noite em Porto Alegre e na entrevista coletiva, ontem de manhã, em Brasília. Sarney soube e tomou duas providências: credenciou o ministro da Justiça, Paulo Brossard, para, em seu nome, transmitir publicamente a garantia presidencial de respeito à nova Constituição e convidou Ulysses para almoçar, ontem, com ele no Palácio da Alvorada.

Ulysses recuou e não criticou o Governo em Porto Alegre e nem na entrevista coletiva. Depois da entrevista, diante da insistência de alguns repórteres, mas longe das luzes e câmeras de televisão, ele criticou o consultor-geral da República, Saulo Ramos: "Ele está exorbitando de suas funções". Mas, ao contrário, fez questão de ressaltar o papel de Sarney: "Ele não é o responsável por isto". Em seguida, dirigiu-se ao Palácio da Alvorada para almoçar com Sarney.

Irritação
Renato Archer e o líder do PMDB na Constituinte, deputado

Sarney falará hoje à Nação

O presidente José Sarney volta hoje à noite, depois do pronunciamento que fez em julho último, a falar à Nação, através de cadeia nacional de televisão e rádio, sobre a Assembleia Nacional Constituinte, agora se referindo à promulgação do projeto Constitucional.

Não haverá, como da outra vez, quando advertiu os constituintes de estarem promovendo a ingovernabilidade do País, críticas ao processo de elaboração do texto constitucional, nem ao seu resultado final.

O pronunciamento será gravado hoje, mas ainda não está definido o horário de sua transmissão. Nele, Sarney expressará a posição de que, nesse momento, encerrados os debates para a elaboração do texto constitucional, não cabe ao Governo discutir, mas cumprir e fazer cumprir a Constituição a ser promulgada amanhã.

Este, aliás, vem sendo o discurso do presidente José Sarney e de seus assessores, com poucas exceções, nos últimos dias. As últimas medidas adotadas pelo Governo, de acordo com o porta-voz da Presidência da República, jornalista Carlos Henrique, não têm o objetivo de driblar as determinações constitucionais, mas de adaptar a máquina administrativa federal à nova Constituição brasileira.

Saulo "mais realista que o Rei"

O presidente José Sarney não gostou — e disse isso ao seu consultor-geral — das últimas declarações de Saulo Ramos sobre as recentes medidas adotadas pelo Palácio do Planalto, através de decretos, para "driblar" as determinações da Assembleia Nacional Constituinte.

O deputado Ulysses Guimarães também não. E manifestou seu descontentamento ontem, quando almoçou com o presidente da República, no Palácio da Alvorada. Ele reclamou não apenas das declarações do consultor-geral, mas da "criatividade" do Governo, efetivada por Saulo Ramos, nos últimos decretos executivos.

As afirmações de Saulo Ramos — a opinião entre os mais importantes membros do Governo é de que "ele está se vangloriando da própria esperteza, e isso não é

bom" — não desagradaram somente ao presidente José Sarney e ao deputado Ulysses Guimarães. Elas despertaram a irritação de todos os inquilinos importantes do Palácio do Planalto: descontentaram o ministro-chefe do SN, Ivan de Souza Mendes, o ministro-chefe do Gabinete Militar, Bayma Denys, e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Com jornalistas

O presidente José Sarney não gostou das declarações de Saulo Ramos, nem de seu comportamento durante o jantar de comemoração dos 20 anos da revista "Veja", na última quarta-feira, quando deixou o local reservado às autoridades e tomou a iniciativa de conversar com os jornalistas, que jantavam em uma área reservada para a imprensa e para a segurança do presidente da República.

A atitude não teria grande importância se o consultor-geral da Presidência não quisesse ser "mais realista que o rei", conforme um assessor do Palácio do Planalto, para quem "a palavra do Saulo não pode ser tomada como a palavra do Governo".

A "palavra do Governo" foi dada ontem pelo presidente José Sarney ao deputado Ulysses Guimarães durante o almoço de duas horas que tiveram no Palácio da Alvorada: "O que o Governo está fazendo é se antecipar, respeitosamente, às determinações da Constituinte".

Este será, inclusive, o tom do pronunciamento do presidente da República, hoje à noite. Ele não admite, pelo menos publicamente, que o Governo "está reconstruindo o que a Assembleia Nacional Constituinte desconstituiu". (Celso Franco)

STF cumpre nova Constituição já

O Supremo Tribunal Federal (STF) está preparado "fisicamente e intelectualmente" para receber todas as inovações jurídicas previstas na nova Constituição, como o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de segurança coletivo. A informação foi dada ontem pelo presidente do STF, ministro Rafael Mayer, ao afirmar que a sobrecarga de trabalho esperada para após a promulgação da nova Carta, no dia cinco, não representa nenhuma novidade para os 11 ministros que integram a Corte máxima de Justiça do País, porque o acúmulo de processos faz parte da rotina do STF. Somente no primeiro semestre deste ano, o Supremo Tribunal julgou aproximadamente dez mil processos.

Segundo o ministro, o habeas corpus e os processos de extradição continuarão a ter prioridade no Supremo Tribunal, seguidos das questões constitucionais porque "a liberdade é coisa fundamental", explicou.

O ministro Rafael Mayer não quis se posicionar sobre a necessidade ou não de regulamentação no caso do mandado de injunção, mas considerou "razoável" a alternativa proposta pelo presidente do Tri-

bunal Federal de Recursos, ministro Gueiros Leite, que consiste em adequar o mandado de injunção às normas do mandado de segurança.

Polêmica

Sobre a polêmica criada em torno da necessidade ou não do Congresso elaborar leis ordinárias para que os novos dispositivos jurídicos sejam efetivamente aplicados, o presidente do STF assegurou que, na medida em que eles começarem a ser solicitados, o Tribunal apreciará cada caso. "O juiz não tem pressa, porque tem que julgar ponderadamente".

Ele explicou ainda que cada Tribunal é autônomo para julgar conforme sua competência e, portanto, não está obrigado a seguir nenhuma orientação do STF, a menos que o Tribunal tenha firmado jurisprudência sobre o assunto.

O ministro Rafael Mayer informou também que os ministros já começaram a se reunir para elaborar o novo regimento interno do Supremo Tribunal. Essa comissão é presidida pelo ministro Djaci Falcão. Em outra comissão, presidida pelo ministro Sydney Sanches, o STF está elaborando também o anteprojeto da nova Lei Orgânica da Magistratura nacional.

Congresso agora tenta combater o descrédito

Com o objetivo de colher subsídios para a elaboração do plano de atividades da Campanha Nacional de Imagem do Poder Legislativo, começou ontem, no auditório Petrólio Portela, no Senado Federal, o seminário "O Novo Legislativo e a Opinião Pública". Ao discursar durante a abertura do evento, em substituição ao senador Humberto Lucena, o 1º secretário do Senado Federal, senador Juthay Magalhães, destacou a necessidade do Poder Legislativo resgatar a credibilidade perante a opinião pública, principalmente por estar assumindo novas responsabilidades e tornar-se co-responsável pelos destinos do País.

Segundo Juthay Magalhães o descrédito popular em que caíram senadores e deputados é resultado dos anos de autoritarismo, crise econômica sucessivas e até campanhas de reacionários com a participação de alguns meios de comunicação. Por sua vez, o senador Mauro Benevides assinalou que a magnífica obra do Poder Legislativo — a nova Constituição a ser promulgada — está longe de frustrar o povo brasileiro. "Ela será aplaudida por todos os setores da sociedade", disse, acrescentando que a partir deste mês o Brasil viverá uma nova ordem política e institucional. "Vamos ter um desafio imenso e

com o apoio da imprensa nós não devemos falhar diante da opinião pública", ressaltou Mauro Benevides.

Debates

O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Aldir Passarinho, um dos convidados para a abertura do seminário, foi muito aplaudido ao ressaltar que a nova Constituição tem que ser cumprida, na íntegra, porque "a liberdade e igualdade são valores fundamentais na vida democrática". Após a abertura, houve um debate sobre "O Jornalismo e a Interpretação da Notícia" com a participação dos jornalistas Carlos Castello Branco e Sérgio Gomes como palestrantes. Castello abordou a notícia que saiu do Congresso Nacional, que para ele "é a principal fonte de informação do País". Sérgio Gomes, professor da USP/SP, falou sobre a "Imprensa Sindical" e o trabalho de formação da opinião pública via sindicatos.

O seminário termina hoje com a elaboração de relatórios de avaliação e conclusão. O Senado Federal, através da subsecretaria de Relações Públicas e da subsecretaria de Imprensa, ficou encarregado de publicar as sugestões e de divulgá-las.

Cerimônia está quase pronta

Entraram ontem em ritmo acelerado os preparativos para a sessão solene da Constituinte, amanhã à tarde, durante a qual será promulgada a nova Constituição.

Ontem de manhã, enquanto o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, concedia entrevista à imprensa, recebia o primeiro exemplar da edição oficial dos 20 mil exemplares da nova Carta que serão distribuídos aos constituintes, autoridades, convidados e imprensa.

Também já estão prontos os quatro exemplares impressos em papel artesanal que, por ser extremamente resistente à ação do tempo, pretende dar um caráter perpétuo ao novo documento constitucional. Um dos exemplares — eles custaram Cz\$ 1,5 milhão — será apresentado ao público, hoje, em Brasília.

À noite, a Gráfica do Senado ultimava também a impressão do discurso com que Ulysses Guimarães encerrará os 20 meses de trabalho da Constituinte. Na sessão solene, discursarão, ainda, o sena-

dor Afonso Arinos — o mais idoso, em nome dos constituintes —, e o presidente do Parlamento português, Victor Crespo, em nome das delegações parlamentares estrangeiras. Foram expedidos 39 convites, a todos os presidentes de parlamentos do continente americano, dos países africanos de língua portuguesa e de Portugal e Espanha. Até o final da tarde de ontem, nove haviam confirmado presença.

À tarde começou a ser preparado o plenário. Bandeiras de todos os Estados foram colocadas atrás da mesa. Funcionário como uma espécie de pano-de-fundo para o ato da promulgação. Técnicos da TV Cultura de São Paulo instalavam as câmeras para a transmissão da sessão solene. Ela foi escolhida como geradora das imagens para as demais emissoras do País.

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) foi o último constituinte a assinar a nova Carta já às 15h00 de ontem. Apenas os deputados Jesseé Freire, que está doente, Felipe Chedde (PMDB-SP) e Mário Bouchardes (PMDB-MG) não a assinaram.